



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONANDA**

194ª REUNIÃO ORDINÁRIA

18 e 19 DE ABRIL DE 2011

ATA

1 Ao décimo oitavo dia do mês de abril de dois mil e onze, na sala de Reuniões do
2 Gabinete Ministerial do Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos da
3 Presidência da República, localizado no Setor Comercial Sul – Bloco B, Quadra 09
4 Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate Torre A, 8º Andar, Brasília-DF, reuniu-se o
5 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/CONANDA, sob a
6 Presidência da Ministra Maria do Rosário. Estiveram Presentes os **Conselheiros**
7 **Governamentais Titulares:** Sra. Maria do Rosário, Ministra de Estado Chefe da
8 Secretaria de Direitos Humanos e Presidente do CONANDA; Sra. Maristela Lima
9 Alcântara; Representante do Ministério da Fazenda/MF; Sr. Ivanildo Tajra Franzosi,
10 Representante da Casa Civil da Presidência da República. **Conselheiros**
11 **Governamentais Suplentes:** Sr. Alfredo Bernardo Pereira da Silva, Representante
12 da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR; Sr. Francisco
13 Antônio de Sousa Brito, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e
14 Combate à Fome/MDS; Sra. Maria de Lourdes Magalhães, Representante do
15 Ministério da Saúde/MS; Sra. Juliana de Moura Gomes, Representante do Ministério
16 das Relações Exteriores/MRE; Sra. Salete Valesan Camba, Representante da
17 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH/PR.
18 **Conselheiros Não-Governamentais Titulares:** Sra. Miriam Maria José dos Santos,
19 Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos e Vice-Presidente do
20 CONANDA; Sr. Fabio Feitosa da Silva, Representante da União Brasileira de
21 Educação e Ensino/UBEE; Sra. Maristela Cizeski, Representante da Pastoral da
22 Criança/Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB; Sr. Carlos Nicodemos,
23 Representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos/MNDH; Sra. Raimunda
24 Núbia Lopes da Silva, Representante da Central Única dos Trabalhadores/CUT; Sr.
25 Alexandre Cruz de Oliveira, Representante das Aldeias Infantis SOS/Brasil; Sr.

26 Andrea Franzini, Representante da Pastoral do Menor – Confederação Nacional dos
27 Bispos do Brasil/CNBB; Sr. Glícia Thais Salmeron de Miranda, Representante da
28 Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; Sr. Diego Vale de Medeiros, Representante
29 da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça e Defensores
30 Públicos da Infância e da Juventude/ABMP; Sra. Sandra Maria Francisco de Amorin,
31 Representante do Conselho Federal de Psicologia/CFP; Sra. Adriano de Britos,
32 Representante da Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Sr.
33 Francisco Rodrigues Correa, Representante da Federação nacional dos
34 Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas; Sra. Iralda
35 Cassol Pereira, Representante da Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho.
36 **Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:** Sra. Tiana Sento-Sé,
37 Representante do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social/IBISS; Sr.
38 Antônio Dantas, Representante da Força Sindical/FS; Sra. Tânia Mara Dornellas dos
39 Santos, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na
40 Agricultura/CONTAG; Sr. José Rubens do Amaral Zaitune, Representante da
41 Sociedade Brasileira de Pediatria/SBP; Sra. Alessandra Mara Françóia,
42 Representante da ONG Criança Segura; Sra. Paula Passos Fernandes de Carvalho,
43 Representante da Fundação ORSA; Carmen Silveira de Oliveira, Secretária
44 Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Coordenadoria-**
45 **Geral do CONANDA:** Sr. Luís Otávio Daloma, Coordenador-Geral do CONANDA;
46 Sra. Lilian Cordeiro Prates, Assessoria Técnica do CONANDA. **Convidados:** Sr.
47 Vicente de Paula Faleiros, Professor da Universidade de Brasília/UnB; Sra. Maria
48 Luiza Moura Oliveira, Representante do Conselho Federal de Psicologia; Sr.
49 Gleisson Cardoso Rubin, Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos da
50 SDH. **Pauta: 1)** Abertura; **2)** Minuto de Silêncio em homenagem às vítimas da
51 tragédia na Escola Tasso da Silveira; **3)** Aprovação das atas das Assembleias
52 Ordinárias 187^a a 191^a; **4)** Apresentação e Aprovação das Metas para o
53 Planejamento do Biênio 2011/2012; **5)** Informe da Comissão de Preparação para a
54 IX Conferência Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes; **6)** Apresentação
55 sobre o Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes – Professor
56 Vicente de Paula Faleiros (UnB); **7)** Votação de transformação do Plano Nacional de
57 Erradicação do Trabalho Infantil em Resolução do CONANDA; **8)** Deliberação sobre
58 o nome do Sr. Benedito Rodrigues dos Santos para fazer a Revisão do texto da
59 Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; **9)** Apresentação do
60 Plano Decenal e da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; **10)**
61 Informe das Comissões Permanentes. **Abertura.** A Ministra de Estado Chefe da

62 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sra. Maria do Rosário,
63 iniciou a reunião cumprimentando a todos e informando a pauta proposta. Ao passo
64 que o Conselheiro Fabio Feitosa da Silva sugeriu inserir como ponto de pauta a
65 discussão sobre o pagamento das diárias aos Conselheiros. Deste modo, a Ministra
66 questionou se o mesmo poderia ser tratado no dia seguinte, recebendo a afirmativa
67 do Conselheiro. **Minuto de Silêncio em homenagem às vítimas da tragédia na**
68 **Escola Tasso da Silveira.** A Ministra Maria do Rosário solicitou a todos um minuto
69 de silêncio em memória das vítimas de ataque com arma de fogo à escola municipal
70 de Tasso da Silveira em Realengo, no Estado do Rio de Janeiro/RJ. Motivado por
71 esta homenagem, o Conselheiro Carlos Nicodemos, sugeriu solicitar à Secretaria
72 Municipal de Educação informações a respeito do plano de reintegração das
73 crianças às atividades pedagógicas da escola. Diante do exposto, a Ministra propôs
74 ao Conselheiro que o mesmo redigisse os termos dessa consulta e apresentasse
75 aos demais posteriormente naquela assembleia para que a mesma fosse aprovada.
76 A Conselheira Tiana Sento-Sé sugeriu encaminhar o mesmo ofício aos Conselhos
77 Estadual e Municipal afim de garantir apoio às vítimas. A Conselheira Raimunda
78 Núbia Lopes da Silva colocou-se à disposição para auxiliar na elaboração do
79 documento e sugeriu também um documento encaminhado à Secretaria Municipal
80 de Educação recomendando cuidados também aos profissionais da escola. A
81 Ministra Maria do Rosário propôs uma ação mais contundente do CONANDA com
82 relação à superexposição dada às crianças na mídia, violando assim os seus
83 direitos. Proposta esta apoiada pelo Conselheiro Alexandre Cruz de Oliveira. O
84 Conselheiro Andrea Franzini propôs que a Comissão de Direitos Humanos e Ação
85 Parlamentar/CDH do CONANDA tramitasse, junto ao Conselho Nacional de
86 Educação/CNE e com o Ministério da Educação/MEC, nota orientadora às escolas
87 quanto aos procedimentos de segurança das mesmas. Por fim, o Conselho
88 encaminhou pela elaboração da nota proposta pelo Conselheiro Carlos Nicodemos e
89 pela desdobramento das demais propostas para a próxima reunião, a partir da
90 elaboração feita pela CDH. **Aprovação das atas das Assembleias Ordinárias 187**
91 **a 191.** Dispensada a leitura das atas, a Ministra Maria do Rosário questionou uma a
92 uma se haviam alterações a serem feitas nas mesmas, de modo que somente a Ata
93 da 187ª Assembleia Ordinária sofreu adequação. Isto posto, e não havendo nada
94 mais em contrário, as atas foram aprovadas. O Conselheiro Diego Vale de Medeiros
95 solicitou o resumo executivo das mesmas. O Conselheiro Andrea Franzini solicitou
96 que os mesmos fossem mais qualificados, no sentido de exibir pontualmente as
97 deliberações e encaminhamentos das reuniões. O Conselheiro Fabio Fabio Feitosa

98 da Silva sugeriu que as atas não fossem mais impressas devido à quantidade de
99 papel. Ao passo que a Ministra Maria do Rosário pôs à consideração dos demais,
100 que acataram esta proposta, e afirmou que os resumos seriam enviados a partir
101 desta reunião. **Apresentação sobre o enfrentamento à violência sexual de**
102 **crianças e adolescentes.** O Professor da Universidade de Brasília/UnB, Sr. Vicente
103 de Paula Faleiros, afirmou que faria uma exposição a partir da dinâmica da relação
104 do estado com a sociedade. Afirmou, portanto, que com a democracia, o Estado
105 mudou o foco limitador dos direitos que existia durante a ditadura e a Constituição
106 Brasileira de 1988 tornou mais permanente uma nova relação mais cidadã do estado
107 com a sociedade. O Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA foi a consolidação
108 da luta pela cidadania da criança e representou uma maior participação da
109 sociedade e a partir desse momento foi dado início ao hibridismo do estado com a
110 sociedade em uma parceria conflituosa, que se deu com diferentes fóruns, as
111 conferências, que tiveram bastante influência do movimento da reforma sanitária,
112 visto que o Sistema Único de Saúde/SUS criou meios de ser realizada a primeira
113 Conferência na área da criança. E, em 2003, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva
114 pautou na agenda pública o enfrente à violência sexual de crianças e adolescentes,
115 tornando-se uma agenda a Presidência da República. Ao analisar o dia 18 de maio,
116 dia nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e
117 Adolescentes, discerniu quatro modelos da parceria estado e sociedade civil, os
118 quais são: 1) articulação da sociedade que trabalha em difusão, modelo de
119 incidência da sociedade com um apoio parcial do governo; 2) modelo de articulação
120 pelo estado; 3) modelo de articulação de parceria conflituosa em função da prática
121 cidadã da defesa de direitos; 4) modelo de aliança política. Ponderou com isso que
122 não adiantava falar de exploração sexual sem a perspectiva dos direitos humanos, a
123 qual estava muito longe ainda de atingir a sociedade, todavia, fazia-se presente nos
124 discursos e documentos. Afirmou que falava-se em direito sexuais, porém, era uma
125 expressão que podia causar confusão. Contudo, preferia falar em direitos à
126 liberdade e dignidade sexual da criança e do adolescente, direito fundamental para
127 combater a exploração sexual. E o terceiro modelo, de relação estável com a
128 sociedade, estava se ampliando, sendo costurado de parcerias, onde a sociedade e
129 o estado interagem no projeto comum e esse projeto comum era o fundamental.
130 Destacou a importância das campanhas contra o abuso e exploração sexual de
131 crianças e adolescentes, destacando a importância da mídia para poder traduzir o
132 que se faz na rua. Ponderou importante um trabalho de capilaridade, principalmente
133 nas escolas para poder trabalhar o processo educativo da sociedade em relação ao

134 estado. Destacou também a necessidade de um método de formulação, execução
135 de políticas, acompanhamento e monitoramento das mesmas, visto que
136 encontravam-se muito enfraquecidos. Outra questão importante para formular essas
137 políticas seria a interação município, estado e federação. Por fim, ressaltou que era
138 preciso trabalhar as articulações em função do conceito do direito à dignidade
139 sexual. Isto posto, o Conselheiro Diego Vale de Medeiros destacou que
140 acompanhava uma discussão sobre a necessidade de uma maior modernização do
141 sistema judiciário e também nas práticas administrativas no tocante à apuração de
142 crimes contra a criança e adolescente, em especial o abuso sexual e, com isso,
143 sugeriu agregar à discussão a necessidade de reformas legislativas e também de
144 normativas administrativas de atendimento mais humanizado a essas crianças
145 vítimas de violência sexual. Ponderou que a discussão sobre depoimento de criança
146 e adolescente vítimas de violência sexual não poderia se reduzir tão somente à
147 mudança de paradigma dentro da justiça, como também assumir questões de
148 relevância em âmbito principalmente da assistência social e da rede de saúde. O
149 Conselheiro Fabio Feitosa da Silva destacou dois grandes momentos vividos pelo
150 CONANDA, os quais seriam a elaboração da Política Nacional e do Plano Decenal
151 dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e a Assembleia Descentralizada
152 que trataria justamente do tema em pauta. Destacou com isso o desafio do
153 CONADA e do Comitê de Combate à Violência Sexual diante do tema. A
154 Conselheira Maristela Lima Alcântara ponderou a necessidade de se preocupar
155 menos em objetivos estratégicos, em leis e resoluções, mas sim em um foco no que
156 acontecia na sociedade e que sempre aconteceu, mas não era divulgado, porque a
157 mídia não tinha tanta predominância e a orientação sexual dada pelas escolas era
158 falha, portanto, era necessário as crianças e adolescentes terem clareza de
159 conceitos para dizerem se eram ou não exploradas sexualmente. A Conselheira
160 Miriam Maria José dos Santos destacou que com a extinção do Programa Sentinela
161 abriu-se uma lacuna em relação ao atendimento às crianças e os adolescentes que
162 são vítimas da exploração sexual. Questionou como expandir o número de
163 atendentes e qualificar o atendimento do Disque Direitos Humanos. Ressaltou por
164 fim a importância da capacitação dos Conselheiros Tutelares. A Conselheira Sandra
165 Maria Francisco de Amorin destacou que o grande desafio seria a articulação das
166 políticas e da rede de atendimento de acordo com o que o Artigo 86 denotava, um
167 atendimento integrado. O Conselheiro Carlos Nicodemos ponderou que o desafio
168 era propor o direito à sexualidade entendendo a autonomia desse direito como um
169 elemento estético do direito num projeto político de direitos humanos. A Ministra

170 Maria do Rosário destacou que toda a legislação brasileira observava as referências
171 de sexualidade e infância exclusivamente a partir da violência, nunca a partir do
172 direito a desenvolver-se com a sexualidade integrando os direitos de
173 desenvolvimento, assim como direito à família, à saúde e educação no sentido mais
174 amplo. Ponderou, portanto, a necessidade de trabalhar a partir de uma noção de
175 informações do direito sobre o seu próprio corpo para as crianças. A Conselheira
176 Glícia sugeriu que a próxima palestra fosse sobre alienação parental. Destacou a
177 falta de participação das Universidades nas discussões atinentes à criança e ao
178 adolescente e a necessidade de pautar o tema no currículo das mesmas. Em suas
179 considerações finais, o Professor Vicente de Paula Faleiros ressaltou a necessidade
180 e capacitação de todos os envolvidos no sistema de garantia dos direitos. Destacou
181 também: a necessidade de uma política efetiva em relação ao abusador; a
182 importância do conceito de compromisso e responsabilidade dentro da rede de
183 atendimento instituída em todas as áreas, saúde, assistência social, justiça, escola.
184 Ressaltou também a importância da escola de tempo integral com um currículo
185 transversal, a qual era uma das vacinas fundamentais contra a violência. Além de
186 criar uma cultura de jogos da paz, premiando os criadores dos mesmos. Ponderou
187 ainda necessário o investimento nos gestores das políticas, a fim de formar uma
188 visão de gestão integrada. E, por derradeiro, afirmou ser importante também
189 pressionar e pautar a mídia dos interesses da criança e do adolescente. **Informes**
190 **Gerais.** O Conselheiro Diego Vale de Medeiros informou que entre os dias 18 e 20
191 de maio, a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça e
192 Defensores Públicos da Infância e da Juventude/ABMP, em parceria com o
193 Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais/CONDEGE, Associação Nacional
194 dos Defensores Públicos/ANADEP, Conselho Nacional de Justiça/CNJ e Conselho
195 Nacional do Ministério Público/CNMP realizariam uma discussão sobre as afetas ao
196 depoimento de crianças e adolescentes em processos judiciais; dia 17 do mesmo
197 mês seria lançada em Fortaleza/CE cartilha produzida pelo cartunista Ziraldo, que
198 trabalhava o reconhecimento da criança e do adolescente no sistema de justiça
199 como sujeitos de direitos. **Informe da Comissão de Preparação para a IX**
200 **Conferência Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes.** O Conselheiro
201 Fabio Feitosa da Silva informou que a comissão esteve reunida, representada pelos
202 conselheiros Alexandre Cruz de Oliveira, Alfredo Bernardo Pereira da Silva, Salete
203 Valesan Camba e o próprio, além do Coordenador-Geral do CONANDA, Sr. Luís
204 Otávio Daloma, e demais colaboradores. Como primeiro ponto de pauta sugeriram a
205 mudança do tema da IX Conferência, o qual era “discutindo e construindo a política

206 nacional e o plano decenal”. Cujas propostas da Comissão seria: “construindo
207 estratégias para a mobilização, implementação e monitoramento da política e do
208 plano decenal de direitos humanos de crianças e adolescentes nos Estados, no
209 Distrito Federal e nos Municípios”. Todavia, a Comissão de Mobilização e
210 Formação/CMF propôs: “mobilizar, implementar e monitorar a política e o plano
211 decenal de direitos humanos de crianças e adolescentes no país”. No entanto, o
212 Conselheiro Alexandre Cruz de Oliveira propôs fazer a junção das duas redações,
213 respeitando o pacto federativo. Com isso, a Conselheira Miriam Maria José dos
214 Santos pôs as três propostas em votação e vencendo a terceira proposta, ficou a
215 seguinte redação: “mobilizar, implementar e monitorar a política e o plano decenal
216 de direitos humanos de crianças e adolescentes nos Estados, no Distrito Federal e
217 nos Municípios”. Após, o Conselheiro Fábio Feitosa da Silva informou que era
218 proposição da Comissão a participação dos adolescentes na Comissão
219 Organizadora da 9ª Conferência e, para tanto, era necessária a criação de
220 mecanismo de ação efetiva dos mesmos. Com isto, a Comissão discutiu a
221 metodologia dessa participação, a qual seria orientar os municípios, os estados e o
222 Distrito Federal para a realização de miniconferências de crianças e adolescentes,
223 garantindo a diversidade. Prosseguindo, afirmou que a Comissão sugeriu a
224 participação de cinco adolescentes na Comissão Organizadora, um por cada região
225 do Brasil, sendo os mesmos indicados pelo Fórum Nacional dos Direitos da Criança
226 e do Adolescente e a estrutura garantida pela SDH. A comissão também sugeria
227 dentro do universo de participantes da Conferência o total de 35% de adolescentes
228 presentes entre 12 e 18 anos de idade. Destacou que a comissão deliberou ainda
229 que era necessário: garantir o espaço para a realização da Conferência, o qual seria
230 o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília-DF; enviar aos Conselhos
231 estaduais e municipais, além de disponibilizar nos sites do CONANDA os anais da 8ª
232 Conferência; contratação de empresa para realizar a administração do evento e que
233 a mesma fosse celebrada em julho do corrente; realizar nos dias 11 e 12 de maio a
234 próxima reunião da comissão, na qual já seria elaborado o documento base da
235 Conferência e o mesmo aprovado subsequentemente na assembleia ordinária do
236 mesmo mês. Após, os esclarecimentos aos conselheiros, o CONANDA ratificou a
237 proposta de cinco adolescentes membros integrantes da comissão organizadora.
238 Todavia, a Conselheira Raimunda Núbia Lopes da Silva propôs que cada conselho
239 estadual dos 26 estados e do Distrito Federal indicassem um nome e dentro desse
240 universo de 27 adolescentes seriam escolhidos os cinco, obedecendo o critério
241 regional. Proposta esta acatada por maioria em votação, em detrimento do proposto

242 pela Comissão. Isto posto, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos propôs aos
243 demais que encaminhassem as propostas à Comissão antes de sua próxima reunião
244 acima definida. Na sequência, o Conselheiro Francisco Rodrigues Correa lembrou
245 que existia Decreto do Governo do Distrito Federal/GDF que garantia gratuidade aos
246 Conselhos de Direitos no uso do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e
247 sugeriu analisar a possibilidade de essa gratuidade ser estendida ao Conselho
248 Nacional ou, caso contrário, firmar parceria com o Conselho Distrital para garantir a
249 referida gratuidade. O CONANDA também propôs trocar a designação de
250 miniconferências por pré-conferências, encontros ou conferências livres. A
251 Conselheira Maristela Lima Alcântara Maristela Cizeski solicitou que fosse enviado
252 em uma tiragem menor os anais da conferência, garantindo o acesso de todos os
253 estados. Ao passo que o Conselheiro Alexandre Cruz de Oliveira sugeriu que fosse
254 remetido uma cópia aos conselhos estaduais e os mesmo, à necessidade,
255 reproduzissem. Ao passo que a Conselheira Miriam Maria José dos Santos informou
256 que era possível o envio de uma cópia aos Conselhos estaduais e municipais de
257 acordo com o proposto. Por derradeiro, o Conselheiro Andrea Franzini solicitou que
258 fossem indicados os membros governamentais integrantes da comissão. Contudo, a
259 Conselheira Salete Valesan Camba esclareceu que estavam em processo de
260 mudança os representantes governamentais. **Votação de transformação do Plano**
261 **Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil em Resolução do CONANDA.** A
262 Conselheira Miriam Maria José dos Santos apresentou minuta de resolução que
263 dispunha da transformação do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
264 em Resolução deste Conselho e em seu Artigo 1º sugeria aprovar em forma de
265 resolução o Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao
266 Adolescente Trabalhador. Com isso, o Conselheiro Carlos Nicodemos destacou que
267 o termo mais apropriado seria enfrentamento ao trabalho infantil, ao contrário de
268 combate ao trabalho infantil. Ao passo que a Conselheira Miriam Maria José dos
269 Santos ponderou correto a posição do Conselheiro informado que constava do Plano
270 “Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do
271 Adolescente Trabalhador”. Não como dito anteriormente. Isto posto, a minuta de
272 resolução foi aprovada com as correções textuais sugeridas, sendo a mesma
273 enumerada 147ª. **Informes.** A Conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda
274 informou que trazia ao CONANDA relatório de visita feita em um prazo de um mês à
275 Fundação Renascer, no Estado de Sergipe, junto à Comissão de Direitos Humanos
276 da Seccional da OAB. Ao passo que o Conselheiro Andrea Franzini solicitou que a
277 Coordenação-Geral verificasse e solicitasse a urgente retomada das reuniões da

278 Comissão Intersetorial do Sistema Nacional de Atendimento
279 Socioeducativo/SINASE. **Esclarecimentos da Secretaria de Gestão da Política de**
280 **Direitos Humanos da SDH.** O Secretário de Gestão da Política de Direitos
281 Humanos da SDH, Sr. Gleisson Cardoso Rubin, informou que o corte orçamentário
282 imposto à SDH foi de 12% considerando apenas as despesas possíveis de
283 contingenciamento. Todavia, a SDH protegeu todas as ações que envolviam
284 condição de admitirem interrupção de serviços, tal como o Programa de Proteção a
285 Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, que foi integralmente preservado.
286 Afirmou ainda que esse percentual não atingia os recursos do fundo nacional da
287 criança e do adolescente. Com relação a diárias e passagens, esclareceu que foi
288 definido um corte de 50% comparado com os gastos realizados em 2010. Destacou
289 com isso que a Secretaria que representava adotou uma série de medidas já de
290 redução dos gastos com passagens e diárias, tentando atenuar os efeitos do corte e,
291 decorrido o primeiro quadrimestre, houve uma redução de R\$ 280 mil, comparado
292 ao mesmo período do ano passado e com praticamente a mesma quantidade de
293 viagens. Economia essa advinda da redução significativa no número de passagens
294 emitidas fora de prazo. Outra medida adotada e sugerida pelos órgãos de controle
295 foi licitar e contratar uma empresa para que, em eventos com média superior a dez
296 participantes, prestasse suporte logístico no que dizia respeito à hospedagem,
297 alimentação, deslocamentos necessários, sendo que deste modo não era
298 contabilizado como gasto de diárias, mas como serviços de terceiros, pessoa
299 jurídica, o que gerava uma economia de 55%. Garantindo assim as reuniões dos
300 órgãos colegiados previamente agendadas e viagens de servidores da SDH. Isto
301 posto, a Conselheira Miriam Maria José dos Santos relatou que: alguns conselheiros
302 receberam passagens com localizador que já estavam cancelados, outros não
303 receberam as passagens nos e-mails também; o carro não estava aeroporto, porque
304 houve a mudança de passagem de uma das conselheiras pela própria empresa
305 Boeing, a qual não tomou o cuidado de mudar o mapa de chegada dos conselheiros
306 no aeroporto; houve conselheiro que teve que arcar com o deslocamento, além do
307 deslocamento para o almoço e para o jantar. Consignou que a referida empresa
308 quase inviabilizou a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
309 em 2007. Solicitou: a hospedagem em um hotel nas imediações da SDH, facilitando
310 o deslocamento; que as assembleias do CONANDA e reuniões das comissões
311 ocorressem na SDH, facilitando o contato com a Coordenação-Geral do Conselho;
312 uma sala de reuniões no hotel que hospedaria os conselheiros a fim de viabilizar a
313 reunião dos representantes da Sociedade Civil com o Fórum Nacional DCA.

314 Questionou também se havia previsão para financiamento do traslado do
315 conselheiro no trajeto aeroporto-casa. Isto posto, o Secretário Gleisson Cardoso
316 Rubin solicitou que todas as queixas lhe fossem notificadas para garantir a melhoria
317 do sistema. Informou que era pretensão da SDH realizar todas as reuniões de seus
318 colegiados em seus espaços e inclusive haveria um novo espaço com toda a
319 infraestrutura necessária. Destacou que o valor do adicional de deslocamento,
320 previsto em Decreto, tanto na cidade de origem, como no destino, era de R\$ 95,00 e
321 o órgão de controladoria interno estudava o ressarcimento para desembolso do
322 próprio conselheiro. Sugeriu, aos conselheiros cujo aeroporto não é na cidade de
323 origem, que documentassem as despesas e enviasse à Secretaria, a fim de ser
324 aberto processo administrativo e a mesma celebrar o ressarcimento. Afirmou que
325 verificaria a possibilidade de uma sala exclusiva para a Reunião do Fórum Nacional
326 DCA. Esclarecidos os conselheiros, o Conselheiro Diego Vale de Medeiros propôs à
327 plenária que fosse encaminhado mensalmente ou bimestralmente, em especial para
328 a Comissão de Orçamento e Finanças/COF, o relatório da execução orçamentária
329 dos projetos da SDH em relação à infância e à juventude e do próprio CONANDA.
330 Ao passo que o Secretário Gleisson Cardoso Rubin considerou pertinente e,
331 despedindo-se, agradeceu a todos e colocou-se à disposição para as próximas
332 reuniões. **Apresentação do Plano Decenal e da Política dos Direitos Humanos**
333 **de Crianças e Adolescentes.** A Conselheira Miriam Maria José dos Santos
334 informou que o Grupo de Trabalho do Plano Decenal e da Política Nacional dos
335 Direitos Humanos da Criança e do Adolescente se reuniu na semana anterior e
336 trazia para a consideração dos demais dois novos objetivos estratégicos e um
337 objetivo estratégico que não foi consenso do grupo. Considerando que os eixos e
338 diretrizes do Plano Decenal encontravam-se aprovados, avisou que a metodologia
339 adotada seria por apreciação eixo por eixo e aprovariam os destaques dentro de
340 cada eixo. Ao passo que, dentro do eixo um, a Sra. Carmen Silveira de Oliveira,
341 Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente propôs
342 redação nova ao objetivo estratégico 1.4: “promover ações educativas de prevenção
343 de violências e acidentes com crianças e adolescentes, nas famílias e nas
344 instituições de atendimento”, a qual foi aprovada por unanimidade e deste modo foi
345 aprovado o Eixo I do Plano. E não havendo destaque algum no Eixo II o mesmo foi
346 aprovado. Após, a Sra. Carmen Silveira de Oliveira propôs alteração da redação do
347 objetivo estratégico 3.2: “implementar políticas e programas de atenção e
348 reabilitação de crianças e adolescentes acidentados”, a qual foi aprovada sem
349 contrariedade. Propôs novo objetivo estratégico: 3.5 definir diretrizes para as

350 atividades de prevenção, ao uso de drogas por crianças e adolescentes, conforme a
351 Lei 11.343/2006, bem como, ampliar, articular e qualificar as políticas sociais, para
352 prevenção e atenção a crianças, e adolescentes, e usuários, e dependentes de
353 álcool e drogas, o qual foi aprovado sem manifestação contrária. Com isto, o terceiro
354 eixo do Plano foi aprovado. Após, a Sra. Carmen Silveira de Oliveira propôs que o
355 objetivo estratégico 7.3 fosse suprimido do Eixo IV, proposição esta acatada sem
356 maior contrariedade e, deste modo, aprovado totalmente o referido eixo. Na
357 sequência, o Conselho aprovou nova redação para o objetivo estratégico 9.43: dotar
358 a política dos direitos humanos das crianças e adolescentes de recursos suficientes
359 e constantes para, a palavra plena sairia daí e ficaria, para a implementação das
360 ações do Plano Decenal, vírgula, com plena execução orçamentária. Após, a
361 Conselheira Miriam Maria José dos Santos destacou a inclusão de um novo objetivo
362 estratégico: 13.1, incluir cláusulas de proteção aos direitos da criança e do
363 adolescente nos acordos multilaterais e contratos comerciais. Todavia o Conselho
364 deliberou agregar ao final da redação do objetivo estratégico 2.1: priorizar a proteção
365 integral de crianças e adolescentes, nas políticas de desenvolvimento econômico
366 sustentável, inclusive com cláusulas de proteção nos contratos comerciais, nacionais
367 e internacionais. Por fim, incluiu o objetivo estratégico 13.1: incluir cláusulas de
368 proteção aos direitos da criança e do adolescente nos acordos multilaterais. Com
369 isto, foi aprovado integralmente o Plano Decenal. A Conselheira Maristela Cizeski
370 reconheceu o trabalho do Consultor Benedito Rodrigues dos Santos e da Sra.
371 Carmen Silveira de Oliveira na elaboração do Plano. O Conselheiro Diego Vale de
372 Medeiros solicitou que, após a releitura e revisão ortográfica, o mesmo fosse
373 transformando em publicação e seja enviado a todos os atores sociais envolvidos na
374 promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Ao passo que a
375 Conselheira Miriam Maria José dos Santos observou que o Plano Decenal poderia
376 ser postado no site da SDH e no Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
377 Encaminhou que, com a aprovação dos objetivos estratégicos, o Plano deveria ser
378 remetido aos ministérios e às secretarias competentes para produzirem as metas e
379 ações. E, por consequente, as comissões, em maio, trabalhariam as metas atinentes
380 ao CONANDA. Com isto, o GTI faria a consolidação das metas e ações propostas
381 pelo CONANDA para, em junho, serem aprovadas em plenário. E até agosto o
382 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão faria a devolutiva das metas e
383 ações incluídas no Plano Plurianual/PPA para que o Plano e a Política Decenal. Por
384 fim, propôs que o Consultor Benedito Rodrigues dos Santos fizesse a revisão do
385 texto da Política Nacional. A Conselheira Maristela Cizeski propôs que a ex-titular do

386 Conselho Federal de Psicologia, Sra. Maria Luiza Moura Oliveira, colaborasse
387 voluntariamente na revisão da Política Nacional. A Sra. Carmen Silveira de Oliveira
388 propôs uma web conferência com os conselhos de direitos estaduais para fazer o
389 lançamento oficial do Plano. Ao passo que o Conselheiro Carlos Nicodemos
390 informou que era pauta da Comissão de Mobilização e Formação convocar reunião
391 específica com os conselhos, as comissões de orçamento e finanças, junto com os
392 representantes da mesa diretora, para tratar notadamente da resolução nº 37, além
393 da importância da construção e da incidência dos conselhos de direitos na
394 elaboração do PPA. E, com isso, sugeriu aliar a proposta da Sra. Carmen Silveira de
395 Oliveira. **Informe das Comissões Permanentes. Comissão de Direitos Humanos**
396 **e Ação Parlamentar.** O Conselheiro Diego Vale de Medeiros informou que a
397 reunião da Comissão se estendeu bastante no tocante à discussão da nota técnica
398 do CONANDA em relação à hospedagem de crianças e adolescentes e encaminhou
399 elaboração de nova nota técnica em quinze dias a contar daquela data e a
400 elaboração de manual orientador nacional sobre autorização de viagem e de
401 hospedagem de crianças e adolescentes. Informou também que a comissão sugeria
402 oficial todos os conselhos estaduais, além de se utilizar da parceria da Associação
403 Nacional de Conselhos Tutelares para conhecer o panorama nacional em relação ao
404 toque de recolher e as compreensões em relação à efetividade ou não deste
405 fenômeno de natureza jurídica e política. Indicando com isso a realização de um
406 encontro para discutir o toque de recolher. Encaminhou pelo acompanhamento da
407 produção legislativa em especial à redução da maioria penal. Solicitava também
408 a contratação de um assessor parlamentar até junho do corrente; além da
409 contratação de um consultor para discutir a reforma política do CONANDA, com o
410 indicativo de que ocorresse uma reunião da comissão no dia cinco e seis de maio do
411 corrente; e também o Fortalecimento do Instituto de Estudos
412 Socioeconômicos/INESC. Ao passo que a o Conselho aprovou a realização da
413 reunião da comissão da reforma política no dia 16 de maio. O Conselheiro Carlos
414 Nicodemos sugeriu oficial, além dos conselhos estaduais, as presidências dos
415 tribunais de justiça, para que eles mobilizassem as varas da infância e juventude
416 especializadas acerca do toque de recolher. Com isso, o CONANDA aprovou a
417 realização do seminário sobre o toque de recolher na primeira quinzena do mês de
418 julho. **Comissão de Mobilização e Formação.** A Conselheira Maristela Cizeski
419 informou que a Comissão levava como proposta para realização da Assembleia
420 Itinerante as datas de 14, 15 e 16 de junho do corrente ano. Após, o Conselheiro
421 Fabio Feitosa da Silva apresentou a proposição de pauta da citada assembleia.

422 Neste íterim, a Conselheira Salete Valesan Camba informou que a proposta para a
423 realização da próxima reunião era 23 e 24 de maio do corrente. Com tanto, o
424 Conselheiro Andrea Franzini solicitou que fosse definido o calendário das próximas
425 três ou quatro reuniões, ao contrário da metodologia adotada até aquele momento
426 de aprovar a data da próxima reunião em cada assembleia. Ao passo que a
427 Conselheira Salete Valesan Camba afirmou que a proposta era em maio definir
428 todas as datas das assembleias em maio. A Conselheira Raimunda Núbia Lopes da
429 Silva informou que reuniria-se também nos dias 23 e 24 de maio a Comissão
430 Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil/CONAETI e solicitou outra
431 data. Ao passo que a Conselheira Miriam Maria José dos Santos sugeriu as datas
432 de 25 e 26, quarta e quinta-feira respectivamente, a qual foi aprovada sem
433 contrariedade. Isto posto, o Conselho aprovou as datas e o escopo da programação,
434 todavia, a Comissão de Mobilização e Formação coordenaria e consolidaria a
435 proposição dos conselheiros feitas à programação por e-mail e a mesma seria
436 totalmente definida antes do dia dois de maio, dia que ocorreria reunião com o
437 Conselho anfitrião, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
438 do Estado da Bahia. **Assuntos Gerais.** O CONANDA deliberou por aprovar na
439 assembleia de maio os conselheiros que seriam incumbidos de representar o
440 CONANDA em outros fóruns, conselhos e eventos externos à atividade do
441 Conselho. **Comissão de Políticas Públicas.** O Conselheiro Francisco Antônio de
442 Sousa Brito informou que o evento do dia nacional de Combate ao Abuso e à
443 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes seria realizado na Esplanada dos
444 Ministério, em Brasília, garantindo-lhe maior visibilidade. Avisou que o Comitê de
445 Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes demandava do CONANDA
446 a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de
447 Crianças e Adolescentes, além deste plano dialogar com o Plano Decenal dos
448 Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Ao passo que a Comissão sugeriu
449 um cronograma de discussão de todos os planos como o Plano Decenal e a
450 realização de uma oficina com o Comitê de Enfrentamento para a próxima
451 assembleia, a fim de que o mesmo apresentasse as propostas de seminário sobre a
452 temática e, a partir daí, desencadear a revisão do Plano. Relatou que a Comissão
453 solicitava para a próxima reunião da CPP a presença do comitê que elaborou o
454 Plano Integrado de Enfretamento do Craque, considerando que o CONANDA devia
455 estabelecer diretrizes ao enfretamento do uso da droga, especificamente no recorte
456 criança e adolescente. Sugeria: a constituição de comissão com representantes da
457 CPP, da CDH e da CMF, a fim de definir estratégia de atuação contrária à redução

458 da maioria penal; solicitar à Rede ANDI que identificasse as instituições e
459 personalidades no cenário nacional com posição contrária à redução da maioria
460 penal e poderia pensar uma estratégia de divulgação dessas pessoas e de
461 instituições que se posicionaram contrariamente; articulação com a Frente
462 Parlamentar para definir a estratégia de atuação no Congresso Nacional; expandir a
463 campanha anual da CNBB a favor das medidas socioeducativas; para a próxima
464 assembleia a presença de representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e
465 Combate à Fome/MDS e da SDH, com o objetivo de apresentar a atualização e
466 implementação do SINASE. Por fim, informou que a CPP não tinha subsídios
467 suficientes para definir a posição do CONANDA quanto à política de redução de
468 danos apresentada pelo Ministério da Saúde. Isto posto, a Conselheira Maristela
469 Cizeski sugeriu divulgar a campanha da CNBB também na assembleia itinerante.
470 **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, a Conselheira Raimunda Núbia
471 Lopes da Silva, presidindo interinamente os trabalhos, encerrou a reunião.